NEGOCIAÇÕES PARA A PRÓXIMA COP SERÃO FUNDAMENTAIS

ANDRÉ GUIMARÃES

DIRETOR EXECUTIVO DO INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA (IPAM)

DA REDAÇÃO

Mais uma vez, representantes de quase todos os países do mundo estiveram reunidos na Conferência das Partes (COP-23) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), que aconteceu em Bonn, na Alemanha, no último mês de novembro. Na agenda, esteve o desafio de traçar a regulamentação do histórico Acordo de Paris, realizado na COP-21, em Paris. Oportunamente, a ***Agroanalysis*** traz as observações captadas por André Guimarães, diretor executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), presente no evento. Outros depoimentos foram tomados, principalmente com relação ao papel crucial desempenhado pela preservação florestal para o equilíbrio do clima amazônico.

AGROANALYSIS: O DESMATAMENTO DIMINUI, MAS PROSSEGUE, NA AMAZÔNIA?

ANDRÉ GUIMARÃES: : De fato, a taxa de desmatamento na Amazônia caiu entre agosto de 2016 e julho de 2017, em comparação ao mesmo período anterior. Com isso, a derrubada recuou depois de dois anos com tendência de alta. Apesar dessa queda, entendemos não haver real motivo para celebração, pois o nível dessa ação continua alto. O ritmo está mais lento, mas o processo prossegue.

Na 15ª COP da UNFCCC, realizada em Copenhague (na Dinamarca), em 2009, o Brasil assumiu o compromisso voluntário com a meta de desmatar até 5 mil km² em 2020. Estamos praticamente com o dobro disso. Precisamos, na verdade, ter o foco



CLÓVIS FABIANO

de acabar com o desmatamento. Já passou da hora de pensarmos somente em comando e controle. Agora, além das punições aos desmatadores ilegais, devemos focar nas políticas públicas para estimular a produção sustentável em desmatamento.

EXISTEM PROJETOS DE LEI PARA REDUZIR AS ÁREAS DE PROTEÇÃO NA REGIÃO?

AG: No equilíbrio do clima amazônico, a preservação florestal desempenha papel crucial. Com experiência no negócio, o homem do campo possui a consciência do risco representado por um clima ruim. Na Amazônia, o desmatamento provoca aumento de temperatura em algumas regiões, tendo potencialmente efeito negativo na produção agropecuária, como mostram estudos recentes do IPAM e instituições parceiras. Na região do Parque Indígena do Xingu, no Mato Grosso, por exemplo, a temperatura aumentou quase 0,5 °C entre 2000 e 2010. Isso pode desorganizar os padrões pluviométricos regionais, com riscos adicionais para a produção agropecuária e, em última instância, para o desenvolvimento do País no médio e no longo prazos.

No entorno das áreas protegidas, a temperatura em áreas desmatadas pode chegar a até 6 °C acima da registrada dentro da floresta. Sem a presença de floresta, o esquentamento do clima poderia inviabilizar a produção agropecuária. A atividade lucrativa se esvai. Daí a superação desse falso debate entre produção e conservação florestal que alguns atores insistem em travar. Ninguém aceita isso mais na esfera da Ciência, nos mercados internacionais de *commodities*, entre os consumidores e entre os protagonistas mais modernos do setor agropecuário.

AS ÁREAS DE PROTEÇÃO SÃO BENÉFICAS?

AG: Sim. Como forma de assegurar um regador constante para lavouras, a criação e a manutenção de áreas protegidas na Amazônia constituem um excelente negócio para a agricultura. Paralelamente, contribuem para comedir as mudanças climáticas e estimular a preservação da biodiversidade. Estes dois ativos estão no centro do debate econômico

> “O FUTURO DO BRASIL (...) DEPENDE INTRINSECAMENTE DA PRESERVAÇÃO DAS NOSSAS FLORESTAS.”

mundial. Ambos contribuem, ainda, para preceituar o uso do solo em áreas onde o desmatamento tende a crescer, como os locais previstos para a construção de grandes obras de infraestrutura.

Os pleitos para se diminuírem as áreas de proteção nas Unidades de Conservação (UCs) e nas Terras Indígenas (TIs), normalmente, levantam dúvida sobre quais são os beneficiados e os prejudicados. A população brasileira e o agronegócio responsável, certamente, não fazem parte dos ganhadores. O próprio setor reconhece o tamanho da área aberta como suficiente para a produção crescer. Nos foros internacionais, o Governo mostra a imagem do Brasil como produtor de alimentos com respeito à natureza; internamente, diminui aqueles que olham a floresta como problema ao invés de solução.

Em síntese, o futuro do Brasil, exportador de alimentos para o mundo e proponente de uma nova forma de utilização dos solos com baixas emissões de carbono, depende intrinsecamente da preservação das nossas florestas.

NÃO ESTAMOS LIVRES DO DESMATAMENTO?

AG: Durante as décadas de 1980, 1990 e 2000 no Brasil, vimos as queimadas e as derrubadas de florestas afligirem literalmente o seu patrimônio. Para as gerações mais novas, essa constatação pode passar despercebida. Junto com a grilagem de terras, muitas vezes, os projetos careciam de planejamento e acompanhamento da sua execução, mesmo com emprego de incentivos e subsídios

públicos. Em um único ano (em 2004), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) apurou 27 mil km² de floresta devastada. Conseguimos diminuir muito este número, mas a preocupação reacendeu com a volta do desmate em 2015 e 2016, em particular nas UCs.

Recebemos uma conta onerosa. A Ciência mostra como os maciços florestais são importantes para garantir a estabilidade das chuvas e do clima. Esses ativos são essenciais para a agricultura. As quebras de safra por falta de chuva e os replantios sucessivos por atraso na chegada das águas são elementos de incerteza para o agronegócio. Um estudo feito pelo IPAM e parceiros no Parque Indígena do Xingu, no Mato Grosso, região ocupada por monoculturas e pastagens, mostra aumento na temperatura de quase 1 °C ao longo de dez anos. As pessoas podem não sentir essa mudança, ao contrário do que acontece com as mudanças geradas por boi e soja, culturas que produzem menos.

ASSUMIMOS COMPROMISSOS INTERNACIONAIS NA QUESTÃO AMBIENTAL?

AG: Em 2015, tivemos a COP-21 da UNFCCC, em Paris, na França. Neste evento, foi assinado o compromisso "histórico" das Nações Unidas, o Acordo de Paris, que impõe limite à subida da temperatura média global em bem menos de 2 °C acima dos níveis pré-industriais e que garante esforços para limitar o aumento da temperatura a 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais.

> "PARA REDUZIRMOS OS RISCOS FUTUROS ENQUANTO ESPÉCIE, DEVEMOS SER MAIS AMBICIOSOS..."

O Brasil comprometeu-se a reduzir, até 2025, a emissão de gases do efeito estufa em 37% abaixo dos níveis de 2005. E, a partir daí, reduzir, até 2030, a emissão de gases do efeito estufa em 43% abaixo dos níveis de 2005. Para isso, o País comprometeu-se a aumentar a participação de bioenergia sustentável na sua matriz energética para aproximadamente 18% até 2030, restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas, bem como alcançar uma participação estimada de 45% de energias renováveis na composição da matriz energética.

EXISTE RISCO DE RECAÍDA?

AG: O documento foi assinado em 2015 por quase 195 países e ratificado por cerca de 160 nações até agora. O Acordo de Paris passa por checagem desde que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou a retirada do apoio do seu país aos compromissos assinados pelo seu antecessor, Barack Obama. Na COP-22, realizada em Marrakech, no Marrocos, no ano passado, a missão era estabelecer uma agenda de implementação de medidas de fiscalização, transparência e financiamento das metas estabelecidas no Acordo de Paris.

Caso as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) acordadas em Paris sejam cumpridas, segundo especialistas, o mundo ficaria com pouco mais de 2 °C acima dos níveis pré-industrialização. Entretanto, já se antecipam muitas alterações em regimes de chuvas e fenômenos climáticos com esse aumento. Para reduzirmos os riscos futuros enquanto espécie, devemos ser mais ambiciosos, antecipar prazos, aumentar as metas, ampliar os instrumentos de apoio para países em desenvolvimento. São estas ações que, talvez, nos permitam atingir um patamar abaixo dos 2 °C, o que certamente nos daria mais tranquilidade para planejar o nosso futuro.

OS RESULTADOS DA COP-23 ATENDERAM AS EXPECTATIVAS?

AG: De certa forma, os resultados ficaram aquém do esperado. É importante frisar que essa é uma

COP intermediária, com a função de regulamentar o Acordo de Paris. Houve muita discussão sobre isso. Entretanto, a COP foi contaminada pela decisão de saída dos EUA do Acordo de Paris. Isso pode comprometer a contribuição dos países para o Fundo Verde do Clima e fragilizar um pouco as negociações, de forma a colocar bastante dúvida sobre o futuro.

Esse cenário fez com que os demais países fortalecessem o compromisso assumido na COP-21, com isolamento dos EUA como o único país do mundo fora do Acordo de Paris, após a adesão da Síria, em Bonn. A próxima COP, na Polônia, será chave para fechar essa regulamentação, assim como as próximas rodadas de negociação para o cumprimento das NDCs. Infelizmente, pouco se disse sobre como irmos além disso, para atingirmos 1,5 °C, e não os 2 °C originalmente previstos nas metas do clima. Essas discussões foram praticamente inexistentes. As negociações na próxima COP serão fundamentais para uma regulamentação clara e o monitoramento das metas.



BARBARA FROMMANN/IPAM

> “...PRECISAMOS ESFORÇAR-NOS PARA INSERIRMOS MAIS A AGENDA DE FLORESTAS E USO DO SOLO.”

PARA O BRASIL, OS IMPACTOS SÃO POSITIVOS OU NEGATIVOS?

AG: Com uma participação substancial do Governo e da sociedade civil, a Amazônia foi muito discutida, assim como as medidas de combate ao desmatamento. Mas, esses temas são laterais ao objeto da COP de regulamentar o Acordo de Paris. Enquanto País, precisamos esforçar-nos para inserirmos mais a agenda de florestas e uso do solo. Essa é a grande oportunidade para o Brasil, tanto do ponto de vista de contribuição para mitigar mudanças climáticas ao reduzir desmatamento e tornar o uso do solo eficiente, quanto do ponto de vista das oportunidades de desenvolvimento.

Tivemos, sim, uma participação importante, porém também atuamos sob a ameaça de tramitação no Congresso Nacional da Medida Provisória nº 795, que concede subsídios ao setor de petróleo e gás. Isso rendeu o prêmio “Fóssil do Dia”, dado pela Climate Action Network (CAN), como maneira de sinalizar que o Brasil não está fazendo o que dele se espera. Teremos de trabalhar muito forte junto ao Governo para mudar posições em relação a florestas e uso do solo, de modo a termos um papel de protagonista nas futuras rodadas de negociação da COP. ■